

Câmara Municipal de Jurema - Piauí
Presidente
Percilio Pereira da Trindade
Presidente



Assinatura: Obreiro

ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

LEI ORGÂNICA DE JUREMA - PIAUÍ

PREAMBULO.

Nós, representantes do povo de Jurema, Estado do Piauí, reunidos em Assembléia Municipal Constituinte, nos termos e princípios das Constituições Federal e Estadual, tendo por fim a consolidação e o fortalecimento democrático do Município que, inspirado na liberdade, na justiça, na fraternidade, no pluralismo, na organização e participação popular, e na defesa das instituições democráticas, assegure à sua população o pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais promulgamos, amparados na proteção de Deus, a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JUREMA.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

1-2

S U M Á R I O.

TÍTULO I	PÁGINA
Da Organização Municipal	
CAPÍTULO I	
Do Município	
SEÇÃO I	
Disposições Gerais.....	01
SEÇÃO II	
Da Divisão Administrativa do Município.....	01
CAPÍTULO II	
Da Competência do Município	
SEÇÃO I	
Da Competência Privativa.....	03
SEÇÃO II	
Da Competência Comum.....	05
SEÇÃO III	
Da Competência Suplementar.....	06
CAPÍTULO III	
Das Vedações.....	06
TÍTULO II	
Da Organização dos Poderes	
CAPÍTULO I	
Do Poder Legislativo	
SEÇÃO I	
Da Câmara Municipal.....	08
SEÇÃO II	
Do Funcionamento da Câmara.....	10
SEÇÃO III	
Das Atribuições da Câmara Municipal.....	14
SEÇÃO IV	
Dos Vereadores.....	17
SEÇÃO V	
Do Processo Legislativo.....	20



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

l-b

PÁGINA

SEÇÃO VI

Da Fiscalização Contábil, Fiancera e Orçamentária..... 23

CAPÍTULO III

Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito..... 24

SEÇÃO II

Das Atribuições do Prefeito..... 26

SEÇÃO III

Da Perda e Extinção do Mandato..... 28

SEÇÃO IV

Das Auxiliares Diretos do Prefeito..... 29

SEÇÃO V

Da Administração Pública..... 30

SEÇÃO VI

Dos Servidores Públicos..... 33

SEÇÃO VII

Da Segurança Pública..... 34

CAPÍTULO III

Da Organização Administrativa Municipal

CAPÍTULO I

Da Estrutura Administrativa..... 35

CAPÍTULO II

Dos Atos Municipais..... 35

SEÇÃO I

Da Publicidade dos Atos Municipais..... 36

SEÇÃO II

Dos Livros..... 36

SEÇÃO III

Dos Atos Administrativos..... 36

SEÇÃO IV

Das Proibições..... 37

SEÇÃO V

Do Direito a Certidões..... 38

CAPÍTULO III



**ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ**

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

1-e

	PÁGINA
Dos Bens do Município.....	38
CAPÍTULO IV	
Das Obras e Serviços Municipais.....	40
CAPÍTULO V	
Da Administração Tributária Financeira	
SEÇÃO I	
Dos Tributos Municipais.....	41
SEÇÃO II	
Da Receita e da Despesa.....	42
SEÇÃO III	
Do Orçamento.....	43
TÍTULO IV	
Da Ordem Económica e Social	
CAPÍTULO I	
Disposições Gerais.....	47
CAPÍTULO II	
Da previdência e Assistência Social.....	48
CAPÍTULO III	
Da Saúde.....	48
CAPÍTULO IV	
Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto.....	48
CAPÍTULO V	
Da Política Urbana.....	51
CAPÍTULO VI	
Do Meio Ambiente.....	52
TÍTULO V	
Disposições Gerais.....	53
TÍTULO VI	
Ato das Disposições Transitórias.....	54



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

TÍTULO I

Da Organização Municipal

CAPÍTULO I

Do Município

SEÇÃO I

Disposições Gerais

ART. 1º - O Município de Jurema, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por este Lei Orgânica, votada e aprovada por sua Câmara Municipal.

ART. 2º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - São símbolos do Município a Bandeira, o Hino e o Brasão, representativos de sua cultura e história.

ART. 3º - Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertencam.

ART. 4º - A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade.

SEÇÃO II

Da Divisão Administrativa do Município

ART. 5º - O Município poderá dividir-se, para fins administrativos em Distritos, a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei, após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art. 6º desta Lei Orgânica.

§ 1º - A criação do Distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais Distritos, sendo dispensada, nesta hipótese, a verificação dos requisitos do art. 6º desta Lei Orgânica.

§ 2º - A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 3º - O Distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

ART. 6º - São requisitos para a criação de Distrito:

I - população, eleitorado e arrecadação não inferior à quinta parte exigida para a criação de Município;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

II - existência, na povoação-sede, de, pelo menos, cinqüenta moradias, escola pública, posto de saúde e cemitério.

Parágrafo Único - A comprovação do atendimento às exigências neste Artigo dar-se-á mediante:

a) declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de estimativa de população;

b) certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

c) certidão emitida pelo agente municipal de estatística ou pelo repartição fiscal do Município, certificando o número de moradias;

d) certidão do órgão fazendário estadual e do municipal certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

e) certidão emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação e de Saúde, certificando a existência de escola pública e dos Postos de Saúde na povoação-sede.

ART. 7º - Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas:

I - evitar-se-ão, tanto quanto possível, formas assimétricas, entrelacamentos e alongamentos exagerados;

II - dar-se-á preferência, para delimitação, às linhas naturais, facilmente identificáveis;

III - na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenha condições de fixidez;

IV - é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

Parágrafo Único - As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, salvo, para evitar duplicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

ART. 8º - A alteração de divisão administrativa do Município somente pode ser feita quadrienalmente, no ano anterior ao das eleições municipais.

ART. 9º - A instalação do Distrito se fará perante o Juiz de Direito da Comarca, na sede do Distrito.

CAPÍTULO II

Da Composição do Município



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

SEÇÃO I

Da Competência Privativa

ART. 10 - Ao Município compete prover a tudo que diga respeito ao seu peculiar interesse e no bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I - legislar sobre assunto de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;
- III - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a Legislação Estadual;
- IV - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- V - elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos;
- VI - instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar as suas rendas;
- VII - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- VIII - dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;
- IX - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;
- X - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos servidores públicos;
- XI - organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais;
- XII - planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;
- XIII - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território, observada a lei federal;
- XIV - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadoras de serviço e quaisquer outras;
- XV - cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

XVI - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários;

XVII - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;

XVIII - regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;

XIX - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

XX - fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

XXI - conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas;

XXII - fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXIII - disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículo que circulem em vias públicas municipais;

XXIV - tornar obrigatória a utilização rodoviária, quando houver;

XXV - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar a fiscalizar sua utilização;

XXVI - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXVII - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

XXVIII - dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios;

XXIX - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXX - prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com instituição especializada;

XXXI - organizar e manter os serviços de fiscalização, necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

XXXII - fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XXXIII - dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXXIV - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade de erradicar as moléstias que possam ser portadoras ou transmissores;

XXXV - estabelecer e impor penalidade por infração de suas leis e regulamentos;

XXXVI - promover os seguintes serviços;

a) mercados, feiras e matadouros;

b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais;

c) transportes coletivos estritamente municipais;

d) iluminação pública;

XXXVII - regulamentar o serviço de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;

XXXVIII - assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo o prazo de atendimento.

§ 1º - As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIV deste Artigo deverão exibir reservas de áreas destinadas a:

a) zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales;

c) passagem de canalizações públicas de esgotos e de água pluvial com largura mínima de dois metros nos fundos dos lotes, cujo nível seja superior a um metro da frente ao fundo.

§ 2º - A Lei Complementar de criação da guarda municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

SEÇÃO II

Da Competência Comum

ART. 11 - O Município exercitara em comum com a União e o Estado, e observada a lei complementar federal, a competência sobre as seguintes matérias:



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obra de arte e dos outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX - promover programas de construção de moradias, e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X - registrar, acompanhar e fiscalizar, as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hidricos e minerais em seus territórios;
- XI - estabelecer e implantar a política de educação para a segurança no trânsito.

SEÇÃO III

Da Competência Suplementar

ART. 12 - Ao Município compete suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse.

Parágrafo Único - A competência prevista neste artigo será exercida em relação às legislações federal e estadual no que digam respeito ao peculiar interesse municipal, visando adaptá-las à realidade local..

CAPÍTULO III

Das Vedações

ART. 13 - Ao Município é vedado:

- I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvenção-las, em-



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

baraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - subvenzionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviços de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V - manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoções pessoal ou autoridade ou servidores públicos;

VI - outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

VIII - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

IX - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

X - utilizar tributos com efeito de confisco;

XI - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

XII - instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro

64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativo, atendidos os requisitos da lei federal;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º - A vedação do inciso XII, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda, e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do inciso XII, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso XII, alínea "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º - As vedações expressas nos incisos VII a XII serão regulamentadas em Lei Complementar Federal.

TÍTULO II

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Câmara Municipal

ART. 14 - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá a duração de 04 (quatro) anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

ART. 15 - A Câmara Municipal é composta de Vereadores, eleitos pelo sistema proporcional como representantes do povo, com mandato de 04 (quatro) anos.

§ 1º - São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador,



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro

64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

na forma da lei federal:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de dezoito anos; e
- VII - ser alfabetizado.

§ 2º - o número de Vereadores será fixado pela Câmara Municipal, tendo em vista a população do Município e observados os limites estabelecidos no Art. 29, IV, da Constituição Federal.

§ 3º - A Câmara Municipal, fica constituída para a Legislatura subsequente, de nove vereadores.

ART. 16 - A Câmara Municipal, reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recairem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 3º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II - pelo Presidente da Câmara para compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;

IV - pela Comissão Representativa, conforme previsto no Artigo 36, inciso V, desta Lei Orgânica.

§ 4º - Na sessão legislativa extraordinária a Câmara Municipal sómente deliberá sobre a matéria para a qual foi convocada.

ART. 17 - As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, salvo dissensão em contrário constante na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

ART. 18 - A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro

64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

a deliberação sobre o projeto de lei orçamentaria.

ART. 19 - As sessões da Câmara ser realizada em recinto destinado ao seu funcionamento, observando o disposto no Artigo 35, XIV, desta Lei Orgânica.

ART. 20 - As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

ART. 21 - As sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o inicio da Ordem do Dia, participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

SEÇÃO II

Do Funcionamento da Câmara

ART. 22 - A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.

§ 1º - A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente de número, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 2º - Ao tomar posse o Vereador prestará o seguinte compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município de Jurema, a Constituição Federal e a Estadual, observar as Leis, promover o bem geral do povo juremense e exercer o meu cargo sob a inspiração do interesse público, da lealdade e da honra".

§ 3º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no Parágrafo primeiro deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 4º - Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 5º - Inexistindo número legal, o Vereador mais idoso dentre os



Flávio da Cunha

Abrevo

ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 6º - A eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á no dia 15 (quinze) de fevereiro do terceiro ano da cada legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 7º - No ato da posse e ao término do mandato, os Vereadores deverão fazer declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas e seu resumo.

ART. 23 - O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

ART. A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º - Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos, ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 2º - Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais idoso assumirá a Presidência.

§ 3º - Qualquer componente da Mesa será destituído da mesma, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quanto faltoso, cínico ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

ART. 25 - A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º - As comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe:

discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de 1/3 (um terço) dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar os secretários municipais ou diretores equivalentes para prestar informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições;

IV - receber peticões, reclamações, representações, ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - exercer, no âmbito de sua competência a fiscalização dos atos do Executivo e da administração indireta.

§ 2º - As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário serão destinadas ao estudos de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.

§ 3º - Na formação das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 4º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprias das autoridades judiciais, além de outros no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço dos seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

ART. 26 - A Maioria, a Minoria e as representações partidárias com número de membros superior a 1/3 (um terço) da composição da Casa, terão Líder e Vice-Líder.

§ 1º - A indicação dos Líderes será feita em documento subscritos pelos membros dos partidos majoritários e minoritários ou representações à Mesa, nas vinte e quatro horas que se sequirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 2º - Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

ART. 27 - Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas comissões da Câmara.

Parágrafo Único - Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

ART. 28 - A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços e, especialmente, sobre:



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

- I - sua instalação e funcionamento;
- II - posse de seus membros;
- III - eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;
- IV - número de reuniões mensais;
- V - Comissões;
- VI - sessões;
- VII - deliberações;
- VIII - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

ART. 29 - Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara Municipal poderá convocar qualquer integrante do Poder Municipal, para prestar informações e esclarecimentos sobre assuntos afetos ao Município.

Parágrafo Único - A falta de comparecimento à Câmara, sem justificativa razoável, será considerado desacato à Câmara, e se a autoridade for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara para instauração do respectivo processo, na forma da lei federal, e consequente cassação de mandato.

ART. 30 - O Secretário Municipal ou Diretor equivalente, a seu pedido, poderá comparecer perante o Plenário ou qualquer comissão da Câmara para expor e discutir projeto de Lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

ART. 31 - A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informações falsas.

ART. 32 - A Mesa, dentre outras atribuições, compete:

- I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;
- III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
- IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
 64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

14

V - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

ART. 33 - Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

I - representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as leis com sanções tácitas e cujo voto tenha sido rejeitado pelo Plenário desde que não aceita esta decisão, em tempo hábil, pelo prefeito;

V - promulgar as resoluções e decretos legislativos;

VI - fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;

VII - autorizar as despesas da Câmara;

VIII - representar por decisão da Câmara, sobre a constitucionalidade de lei ou ato municipal;

IX - solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

X - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XI - encaminhar, para prévio parecer, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída tal competência.

SEÇÃO III

Das Atribuições da Câmara Municipal

ART. 34 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente:

I - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas;

II - autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
 64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

15

- III - votar o orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;
- IV - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
- V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
- VI - autorizar a concessão dos serviços públicos;
- VII - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;
- VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;
- IX - autorizar a alienação de bens imóveis;
- X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;
- XI - criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os de serviço da Câmara;
- XII - criar, estruturar e conferir atribuições a secretários ou diretores equivalentes e órgãos da administração pública;
- XIII - autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;
- XIV - delimitar o perímetro urbano;
- XV - autorizar a alteração da denominação de próprias, vias e lotadouros públicos;
- XVI - estabelecer normas urbanísticas, particulares as relativas a zoneamento e loteamento;
- ART. 36 - Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:
 - I - eleger sua Mesa;
 - II - elaborar o Regimento Interno;
 - III - organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;
 - IV - propor a criação ou extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;
 - V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro

64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

16

VI - autorizar o Prefeito ausentar-se do Município, por mais de 30 (trinta) dias, por necessidade do serviço;

VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observado os seguintes preceitos;

a) o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do Tribunal de Contas;

c) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.

VIII - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

IX - autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo exterior de qualquer natureza, de interesse do Município;

X - proceder a tomada de contas do Prefeito através de comissão especial quando não apresentada à Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

XI - aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, o Estado, outra pessoa jurídica de direito público interno ou entidades assistenciais e culturais;

XII - estabelecer e mudar temporariamente o local, de suas reuniões;

XIII - convocar o Prefeito e o Secretário do Município ou Diretor equivalente para prestar esclarecimento, aprazando dia e hora para comparecimento;

XIV - deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XV - criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros;

XVI - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem às pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular mediante proposta pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍRua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

XII - solicitar a intervenção do Estado no Município;

XVIII - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei federal;

XIX - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XX - fixar a remuneração dos Vereadores, do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais.

ART. 36 - Ao término de cada sessão legislativo a Câmara elegerá entre os seus membros, em votação secreta, uma comissão representativa, cuja composição reproduzirá tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares, na casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, com as atribuições:

I - reunir-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;

II - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de 30 (trinta) dias;

V - convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1º - A comissão representativa, constituída por número ímpar de Vereadores, será presidida pelo Presidente da Câmara.

§ 2º - A comissão representativa deverá apresentar relatório dos trabalhos por ela realizada, quando o reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO IV**Dos Vereadores**

ART. 37 - Os vereadores são invioláveis no exercício do mandato, e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - Desde a expedição do Diploma, os membros da Câmara Municipal não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua casa.

§ 2º - O indeferimento do pedido de licença ou a ausência de delibera-



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

18

ração suspensa a prescrição enquanto durar o mandato.

§ 3º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os Autos serão remetidos, dentro de 24 horas, à Câmara Municipal, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorizar, ou não, a formação de culpa.

§ 4º - Os Vereadores serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 5º - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiarem ou delas receberam informações.

ART. 38 - É vedado ao Vereador:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusula uniforme;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da administração pública, direta ou indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no Artigo 82, I, IV e V, desta Lei Orgânica;

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na administração pública direta ou indireta do Município, de que seja exonerável "ad nutum", salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato como pessoa jurídica de direito público do Município ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I.

ART. 39 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro ou atentatório às instituições vigentes;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

19

III - que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - que fixar residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percussão de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto da maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III e VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

ART. 40 - O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença;

II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, conforme previsto no Art. 38, II "a", desta Lei Orgânica.

§ 2º - Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, da Câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença ou de auxílio especial.

§ 3º - O auxílio de que trata o Parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

§ 4º - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 5º - Independentemente do requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6º - Na hipótese do § 1º o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

ART. 41 - Dar-se-á a convocação do suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 2º - Enquanto a vaga a que se refere o Parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o círculo em função dos Vereadores remanescentes.

ART. 42 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração:

I - emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - resoluções; e

VI - decreto legislativo.

ART. 43 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º - A proposta será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

ART. 44 - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro

64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

21

to e no eleitorado que exercerá sob forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.

ART. 45 - As Leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observadas os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único - Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I - Código Tributário do Município.

II - Código de Obras;

III - Código de Posturas;

IV - lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;

V - lei orgânica instituidora da guarda municipal;

VI - lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos.

ART. 46 - São de iniciativas exclusivas do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Parágrafo Único - Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvada o disposto na parte final do inciso II deste Artigo, se assinada pela metade dos Vereadores.

ART. 48 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até 90 (noventa) dias, sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º - Esgotado o prazo previsto no Parágrafo anterior sem debater-se pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobressaindo-se as demais proposições, para que se ultime a votação.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

22

§ 3º - O prazo do parágrafo primeiro não corre no período de recesso da Câmara nem se aplica aos projetos de lei complementares.

ART. 49 - Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito, que, acatando-o, o sancionará.

§ 1º - O Prefeito considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 2º - O voto parcial somente abrangeá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo do Parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4º - A apreciação do voto pelo plenário da Câmara será, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, em uma discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 5º - Rejeitado o voto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 6º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 3º, o voto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrerestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o Artigo 48 desta Lei Orgânica.

§ 7º - A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 3º e 5º, criará o Presidente da Câmara a obrigação de fazê-lo em igual prazo.

ART. 50 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada, à lei complementar, e os planos plurianuais e os orçamentos não serão objeto de delegação.

§ 2º - A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do pro-



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍRua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

jeto pela Câmara e fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

ART. 51 - Os projetos de resolução disporão sobre matéria de interesse da Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo Único - Nos casos de projetos de resolução e de projetos de decreto legislativo, considerar-se-á encerrada, com a votação final, a elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

ART. 52 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO VI**Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária**

ART. 53 - A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Executivo instituídos em lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a quem for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão Estadual a quem for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões do parecer, se não houver deliberação dentro do prazo.

§ 3º - Das contas do Prefeito, serão encaminhadas cópias para a Câmara Municipal, por ocasião da remessa das mesmas, ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente.

§ 4º - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

§ 5º - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

§ 6º - Anualmente, dentro de 60 (sessenta) dias de início do período legislativo, a Câmara receberá, em reunião especial, o Prefeito, que informará por meio de relatório o estado em que se encontram os assuntos municipais.

ART. 54 - O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II - acompanhar a execução de programas de trabalho e do orçamento;

III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV - verificar a execução dos contratos.

ART. 55 - As contas do Município ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

CAPÍTULO III

Do Poder Executivo

Seção I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

ART. 56 - O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Parágrafo Único - São condições de elegibilidade do Prefeito e Vice-Prefeito do Município:

I - a nacionalidade brasileira, nato ou naturalizado;

II - pleno exercício dos direitos políticos;

III - o domicílio eleitoral na circunscrição do Município pelo prazo estabelecido em lei;

IV - a filiação partidária;

V - idade mínima de vinte e um anos;

VI - ser alfabetizado.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

25

ART. 57 - A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á até 90 (noventa) dias antes do término do mandato dos que devam suceder.

§ 1º - A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 2º - Será considerado eleito Prefeito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 3º - Na hipótese de ocorrer mais de um candidato com a mesma votação, será considerado eleito o mais idoso.

ART. 58 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º (Primeiro) de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos municípios e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legalidade e da legitimidade.

Parágrafo Único - Decorrido 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, será este declarado vago.

ART. 59 - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º - O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito sob pena de extinção do mandato.

§ 2º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

ART. 60 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinentes, a sua função de dirigente do legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro, para ocupar, como Presidente da Câmara, a chefia do Poder Executivo.

ART. 61 - Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - Ocorrido a vacância nos três primeiros anos de mandato, far-se-



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

- à eleição 90 (noventa) dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores;

II - ocorrendo a vacância no último ano do mandato, assumirá o Presidente da Câmara que completará o período.

ART. 62 - O mandato do Prefeito é de 04 (quatro) anos, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

ART. 63 - O Prefeito e o Vice-Prefeito quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a trinta dias, sob pena de perda do cargo ou do mandato.

Parágrafo Único - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença definitivamente comprovada;

II - em gozo de férias;

III - a serviço ou missão de representação do Município;

§ 1º - O Prefeito gozará férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

§ 2º - A remuneração do Prefeito será estipulada na forma do inciso XXI, do artigo 35 desta Lei Orgânica.

ART. 64 - Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, contendo das respectivas atas o seu resumo.

Parágrafo Único - o Vice-Prefeito fará declaração de bens no momento em que assumir, pela primeira vez, o exercício do cargo.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Prefeito

ART. 65 - Ao Prefeito, como executor da administração, compete dizer cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.

ART. 66 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍRua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

27

- II - representar o Município em juízo e fora dele;
- III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para sua fiel execução;
- IV - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovadas pela Câmara;
- V - decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública.
- VI - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
- VII - permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros;
- VIII - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;
- IX - prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
- X - enviar à Câmara os projetos de lei relativo ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas Autarquias;
- XI - encaminhar à Câmara, até 15 (quinze) de abril a prestação de contas, bem como os balances do exercício findo;
- XII - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;
- XIII - fazer publicar os atos oficiais;
- XIV - prestar à Câmara, dentro de 15 (quinze) dias, as informações pela mesma solicitada, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;
- XV - prover os serviços e obras da administração pública;
- XVI - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;
- XVII - aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;
- XVIII - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;
- XIX - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;
- XX - convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração exigir;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

XXI - aprovar projeto de edificação e plano de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXII - apresentar, anualmente, à Câmara relatório circunstanciado sobre os estados das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa de administração para o ano seguinte;

XXIII - organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas;

XXIV - contrair empréstimo e realizar operação de crédito, mediante autorização da Câmara;

XXV - providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;

XXVI - organizar e dirigir, nos termos da Lei, os serviços relativos às terras do Município;

XXVII - desenvolver o sistema viário do Município;

XXVIII - conceder auxílios, prêmios e subvenções nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovada pela Câmara;

XXIX - providenciar sobre o incremento do ensino;

XXX - estabelecer a divisão administrativa do Município de acordo com a lei;

XXXI - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento dos seus atos;

XXXII - solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para suspender-se do Município por tempo superior a 30 (trinta) dias;

XXXIII - adotar providências para conservação e salva-guarda do patrimônio municipal;

XXXIV - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

ART. 67 - O Prefeito poderá delegar por decreto a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos IX, XIV e XXIV do artigo 66.

SEÇÃO III

Da Perda e Extinção do Mandato

ART. 68 - É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na admi-



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

nistração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observada o disposto no artigo 8º, I, IV e V, desta Lei Orgânica.

§ 1º - é igualmente vedada ao Prefeito e ao Vice-Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

§ 2º - A infringência ao disposto neste Artigo e em seus § 1º importará em perda do mandato.

ART. 69 - As incompatibilidades declaradas no artigo 28, seus incisos e letras desta Lei Orgânica, estende-se no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

ART. 70 - São crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal os previstos em lei federal.

Parágrafo Único - O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

ART. 71 - São infrações políticas-administrativas do Prefeito Municipal as previstas em lei federal.

Parágrafo Único - O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante a Câmara.

ART. 72 - Será declarado vago pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de 10 (dez) dias;

III - infringir as normas dos artigos 38 e 63 desta Lei Orgânica;

IV - perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

SEÇÃO IV

Das Auxiliares Diretos do Prefeito

ART. 73 - São auxiliares diretos do Prefeito:

I - os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes;

II - Os Subprefeitos;

Parágrafo Único - Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito.

ART. 74 - A lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Mandado

Obreiro



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

dades.

ART. 75 - São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário ou Diretor equivalente:

I - ser brasileiro;

II - estar no exercício dos direitos políticos;

III - ser maior de vinte e um anos.

ART. 76 - Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários ou Diretores:

I - subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;

II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Prefeito o relatório anual dos serviços realizados por suas repartições;

IV - comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

§ 1º - Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelo Secretário ou Diretor da administração.

§ 2º - A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificação importa em crime de responsabilidade.

ART. 77 - Os Secretários ou Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

ART. 78 - A competência do Subprefeito, limitar-se-á para o Distrito para o qual foi nomeado.

ART. 79 - O subprefeito, em caso de licença ou impedimento será substituído por pessoa de livre escolha do prefeito.

ART. 80 - Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo.

SEÇÃO V

Da Administração Pública

ART. 81 - A administração pública direta ou indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá os princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

31

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de vitalidade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo ou emprego, na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidas preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração em espécie, pelo Prefeito;

XII - os vencimentos do cargo do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no artigo 8º, § 1º, desta Lei Orgânica;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor não serão computados nem acumulados, para fins, de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

XV - os vencimentos dos servidores públicos, são irredutível e a remuneração observará o que dispõe as artigos 37, XI, XII, 150, II e 153, III § 2º, I da Constituição Federal;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

- a) de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII - a proibição de acumulação estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os de mais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

XXI - ressalvadas os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabelecam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de informação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

ART. 8º - Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, ou estadual, ficará afastado do seu cargo emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, entre



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

13

go ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandado eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos efeitos legais. Exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivessem.

SEÇÃO VI

Dos Servidores Públicos

ART. 83 - O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimento para cargos de atribuições ou assemelhadas do mesmo poder ou entre servidores dos poderes executivo ou legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º - Aplica-se a esses servidores o disposto no Artigo 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

ART. 84 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando os decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional, ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, proporcionais em demais casos;

II - Compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - Voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais;

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério se professor, e 25 (vinte e cinco) anos se professora, com proventos integrais.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE IUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

31

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, aos 60 (sessenta), se mulher com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - Lei complementar poderá estabelecer excessões ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividade consideradas nenhuma, insalubres ou perigosas.

§ 2º - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observando o disposto no parágrafo anterior.

ART. 85 - São estáveis, após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitando em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

SEÇÃO VII

Da Segurança Pública

ART. 86 - O município poderá constituir guarda municipal força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1º - A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
 64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

§ 2º - A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

TÍTULO III

Da Organização Administrativa Municipal

CAPÍTULO I

Da Estrutura Administrativa

ART. 87 - A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º - Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos "princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições".

§ 2º - As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que "compõem a administração indireta do município" são classificadas em:

I - autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprias, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II - empresa pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital exclusivos do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o governo seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III - sociedade de economia mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou à entidade de administração indireta.

IV - fundação pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criado em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidade de direito público com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

CAPÍTULO II

Das Atas Municipais



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

36

SEÇÃO I

Da Publicidade dos Atos Municipais

ART. 88 - A publicidade das leis e atos municipais far-se-á em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º - A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência horário, tiragem e distribuição.

§ 2º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicidade.

§ 3º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

ART. 89 - O Prefeito fará publicar:

I - diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II - mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

III - mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e recursos recebidos;

IV - anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas de administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

SEÇÃO II

Dos Livros

ART. 90 - O Município manterá os livros que forem necessários no registro de seus serviços.

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticado.

SEÇÃO III

Dos Atos Administrativos

ART. 91 - Os atos administrativos de competência do Prefeito deverão ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - DECRETO - numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

- a) regulamentação de lei;
 - b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;
 - c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
 - d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como créditos extraordinários;
 - e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de serviço administrativo;
 - f) aprovação de regulamento ou de regimento dos órgãos que compõem a administração municipal;
 - g) permissão de uso dos bens municipais;
 - h) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Interno;
 - i) normas de efeitos externos, não privativos da lei;
 - j) fixação e alteração de preços;
- II - PORTARIA, nos seguintes casos:
- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
 - b) lotação e relocação nos quadros de pessoal;
 - c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
 - d) outros casos determinados em lei ou decreto.

III - CONTRATO, nos seguintes casos:

- a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário nos termos do artigo 81, IX, desta Lei Orgânica;
- b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

Parágrafo Único - Os atos constantes dos itens II e III deste Artigo poderão ser delegados.

SEÇÃO IV

Das Proibições

ART. 92 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau inclusive, ou por adoção não poderão contratar com o município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses findas as respectivas funções.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniforme para todos os interessados.

ART. 93 - A pessoa jurídica em débito com o sistema de segurança social, como estabelecida em lei federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO V

Do Direito a Certidões

ART. 94 - A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição no mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo Juiz.

Parágrafo Único - As certidões relativas ao poder executivo, serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício de cargo de Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO III

Dos Bens Municipais

ART. 95 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quando aqueles utilizados em seus serviços.

ART. 96 - Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabeleciondo em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem distribuídas.

ART. 97 - Os bens patrimoniais do município deverão ser classificados:

- I - Pela sua natureza;
- II - Em relação a cada serviço.

Parágrafo Único - Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

ART. 98 - A alienação de bens municipais, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;

II - Quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo executivo.

ART. 99 - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º - A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso de destinar à concessão de serviço público, a entidade assistencial ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e improutáveis para edificações, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação.

§ 3º - As áreas resultantes de modificações de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

ART. 100 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

ART. 101 - É proibida a doação, venda ou concessão de uso ou de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou lagos públicos, salvo a permissão a título precário, de pequenos espaços destinados à venda de jornais, revistas ou refrigerantes.

ART. 102 - O uso de bens Municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público exigir.

§ 1º - A concessão de uso dos bens públicos de uso especial e domésticos dependerá de lei e concorrência e será feito mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, salvo na hipótese do § 1º do artigo 99, desta Lei Orgânica.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum,



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

mente poderá ser outorgada para finalidade escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através do decreto.

ART. 103 - Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do Município, e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

ART. 104 - A utilização e a administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esportes, serão feitas na forma das leis e regulamentos respectivos.

CAPÍTULO IV

Das Obras e Serviços Municipais

ART. 105 - Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo no qual, obrigatoriamente, conste:

I - a viabilização do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II - Os fornecedores para a sua execução;

III - Os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhadas da respectiva justificação.

§ 1º - Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo caso de extrema urgência, será executado sem prévio orçamento do seu custo.

§ 2º - As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, nor suas autarquias e demais entidades da administração indireta e, por terceiros, mediante licitação.

ART. 106 - A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessado para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa mediante contrato, precedido de concorrência pública.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedida de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive em órgãos da imprensa capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

ART. 107 - As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.

ART. 108 - Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação, nos termos da lei.

ART. 109 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio, com outros Municípios.

CAPÍTULO V

Da Administração Tributária Financeira

SEÇÃO I

Dos Tributos Municipais

ART. 110 - São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituídas por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

ART. 111 - São de competência do Município os impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbano;

II - transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou ação física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência de Estado, definidos na lei complementar prevista no artigo 146 da Constituição Federal.

ART. 112 - As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específico e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto à disposição pelo Município.

ART. 113 - A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

ART. 114 - Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitando os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único - As taxas não poderão ter base de cálculo anterior à de impostos.

ART. 115 - O Município poderá instituir contribuição cobrada de seus servidores para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

SEÇÃO II

Da Receita e da Despesa

ART. 116 - A receita Municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros recursos.

ART. 117 - Pertencem ao Município:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e provenientes de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos passivos, a qualquer título, nela administrada direta, autárquica e fundações municipais;

II - 50% (cinqüenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União, sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis;



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

situados no Município;

III - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

IV - 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

ART. 118 - A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficitárias ou excedentes.

ART. 119 - Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º - Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2º - Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurando para sua interposição o prazo de quinze dias, contados, da notificação.

ART. 120 - A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

ART. 121 - Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recursos disponível e crédito votado pela Câmara, salvo a que ocorrer por conta de crédito extraordinário.

ART. 122 - Nenhuma lei que crie ou aumente despesas será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente cargo.

ART. 123 - As disponibilidades de caixa do município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

SEÇÃO III

Do Orçamento



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

ART. 124 - A elaboração e a execução da lei orçamentária anual e plurianual dos investimentos obedecerá às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

ART. 125 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, e ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças à qual caberá:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais comissões da Câmara.

§ 1º - As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço de dívida; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou emissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência de voto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos extraordinários ou suplementares, com prévia e específica autorização legal-titiva.

ART. 126 - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seu



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II - O orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

ART. 127 - O Prefeito enviará à Câmara, nos prazos consignados na Constituição Estadual, a proposta do orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

§ 1º - O não cumprimento do disposto no caput deste artigo implica rá a elaboração pela Câmara, independentemente do envio da proposta, da competente Lei de Meios, tomada por base a lei orçamentária em vigor, nos termos da Constituição Federal.

§ 2º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para pronor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

ART. 128 - A Câmara não enviando, no prazo consignado em lei, o projeto de lei orçamentária à sanção, será promulgada como lei, pelo Prefeito, o projeto originário de Executivo.

ART. 129 - Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se a atualização dos valores a que dispuser a Constituição do Estado.

ART. 130 - Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrair o disposto nesta seção, as regras do processo legislativo.

ART. 131 - O Município, para execução de projetos, programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverá elaborar orçamentos plurianuais de investimentos.

Parágrafo Único - as dotações anuais dos orçamentos plurianuais devem ser incluídas no orçamento de cada exercício, para utilização do respectivo crédito.

ART. 132 - O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se, discriminadamente, despesas, as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

ART. 133 - O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem à fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se inclui-



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

46

em nessa proibição a:

- I - autorização para abertura de créditos suplementares;
- II - contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos de lei.

ART. 1^o - São vedados:

I - o inicio de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante crédito suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara por maioria absoluta.

IV - abertura de crédito suplementares ou especial sem prévia autorização prévia legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

V - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de órgão para outro sem prévia autorização legislativa;

VI - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir o déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no artigo 1^o desta Lei Orgânica;

VIII - a instituição de fundos e qualquer de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

ART. 1^o - A despesa com pessoal ativo e inativo dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

TÍTULO IV

Da Ordem Econômica e Social

Capítulo I



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

Disposições Gerais

ART. 136 - O Município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

ART. 137 - A intervenção do Município, no domínio econômico, terá principalmente, em vista estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justica e solidariedade social.

ART. 138 - O Poder Executivo estabelecerá a política agrícola do município, tanto em vista as vocações econômicas e a prosperidade da região, consoantes aos municípios estabelecidos nas Constituição Federal e Estadual.

ART. 139 - O trabalho é obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e à justica remuneração, que promocione existência digna na família e na sociedade.

ART. 140 - O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.

ART. 141 - O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando promover-lhes, entre outros benefícios, meios de procuração e de trabalho, crédito fácil e preco justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo Único - São isentos de impostos as respectivas cooperativas e os sindicatos.

ART. 142 - O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Parágrafo Único - a fiscalização de que trata este artigo compreende o exame contábil e as verificações necessárias à amparação das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

ART. 143 - Fica o Governo municipal obrigado a fomentar a produção agropecuária, inclusive com a aquisição de animais, como sejam, reprodutores bovinos, ovinos, caprinos, e ainda matrizes de raça caprina, beneficiando, preferencialmente, aos pequenos e médios produtores rurais.

ART. 144 - O Município dispensará à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em lei federal, tratamento jurídico dife-



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

reenciado, visando a incentiva-lá nela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou nela eliminação ou remoção destas, nor meio de lei.

CAPÍTULO II

Da Previdência e Assistência Social

ART. 145 - O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a esse objetivo.

ART. 146 - Compete ao Município suplementar, se for o caso, os serviços de previdência social, estabelecidos na lei federal.

CAPÍTULO III

Da Saúde

ART. 147 - O Poder Público Municipal, através do sistema único de saúde, deverá viabilizar a assistência médica, hospitalar, odontológica e farmacêutica de boa qualidade e a construção de centros de saúde em número suficiente para atender a demanda da população.

ART. 148 - Sempre que possível, o Município promoverá:

I - formação de controle e consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;

II - serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e o Estado, bem com as iniciativas particulares e filantrópicas;

III - combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas.

IV - combate ao uso de tóxico.

V - serviços de assistência à maternidade e à infância.

ART. 149 - A inspeção médica nos estabelecimentos de ensino municipal terá caráter obrigatório.

ART. 150 - O Município cuidará do desenvolvimento das obras serviços relativas ao saneamento e urbanismo, com a assistência da União e do Estado, sob condições estabelecidas na lei complementar federal.

CAPÍTULO IV

Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto

ART. 151 - O Município dispensará proteção especial no casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

40

§ 1º - Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual dispondo sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a lozadouros, edifícios e veículos de transporte coletivo.

§ 2º - Para a execução do previsto neste artigo serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II - ação contra os males que são instrumentos da dissolução da família;

III - estímulo aos pais e às organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

IV - colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e educação da criança;

V - amparo à pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;

ART. 152 - O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

§ 1º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município e os diferentes segmentos éticos que compõem a comunidade local.

§ 2º - A administração municipal cabe, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

ART. 153 - O dever do Município com a Educação será efetuado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuitade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandado de injunção.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

ART. 154 - O sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

ART. 155 - O ensino oficial do Município será gratuito todos os graus atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui a sincronia dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for menor, ou seu representante legal ou responsável.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3º - O município orientará e estimulará por todos os meios, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebam auxílio do Município.

§ 4º - O Município cuidará, na medida de suas responsabilidades, da alfabetização de adultos em articulação com os órgãos públicos dos Governos Federal e Estadual.

§ 5º - Serão destinados verbas municipais às entidades comunitárias, para aplicação em atividades artísticas- culturais.

ART. 156 - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro

64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

I - cumprimentos das normas gerais de educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

ART. 157 - Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser direcionados a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e aplicuem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica confessional ou ao Município, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, na forma de lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e recursos regulares da rede pública na localidade da residência do estudante, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

ART. 158 - O Município auxiliará, pelos meios no seu alcance, as organizações benéficas, culturais e amadoristas, nos termos da lei, sendo que as as amadorísticas e as coletivas terão prioridade no uso de estágios, campos e instalações de propriedade do Município.

ART. 159 - O Município manterá o professorando municipal em nível econômico, social à altura de suas funções.

ART. 160 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, do receito resultante de impostos, com rendida e proveniente da transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

ART. 161 - É da competência comum da União, do Estado do Município proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

CAPÍTULO V

Da Política Urbana

ART. 162 - A Política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais em lei fixadas, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - As desapropriações de imóveis urbanas serão feitas com prévia



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

e justa indenização em dinheiro.

ART. 163 - O direito à propriedade é inherente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da concivência social.

§ 1º - O Município poderá, mediante lei específica, exibir, nos termos da lei federal, ao proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsória;

II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, univas e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

ART. 164 - São isentos de tributos os veículos de tracção animal e os demais instrumentos de trabalho pequeno agricultor, empregados nos serviços da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

ART. 165 - Aquele que possuir como sua área urbana de até quarenta e cinco metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, administrá-la-á o domínio desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou a mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

ART. 166 - Será isento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbana prédio ou terreno destinado à moradia propriedade de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e nos limites do valor que a lei fixar.

CAPÍTULO VI

Do Meio Ambiente

ART. 167 - Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de de-



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

der e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade deste direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais de prever o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

III - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

IV - promover a educação ambiental em todos níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

V - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécie ou submetam os animais à crueldade.

TÍTULO V

Disposições Gerais

ART. 168 - Incumbe ao Município:

I - suscitar, permanentemente a opinião pública e, para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário, os Poderes Executivo e Legislativo divulgarão, com a devida antecedência, projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II - adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, munindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos.

III - facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão.

ART. 169 - É lícito a qualquer cidadão obter informação e certidões sobre assuntos referentes à administração municipal;

ART. 170 - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio Municipal.

ART. 171 - O Município não poderá dar nomes de pessoas vivas e bens e serviços públicos de qualquer natureza.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

54

Parágrafo Único - Para os fins deste Artigo, somente após um ano do falecimento poderá ser homenageado qualquer pessoa, salvo personalidade marcante que tenha desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, do Estado ou da nação.

ART. 172 - os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal sendo permitido a todos as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

parágrafo Único - As associações religiosas e os particulares poderão na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados, porém, pelo Município.

ART. 173 - Até a entrada em vigor da lei complementar federal, o projeto do plano plurianual, para vigência até o final mandato em curso do Prefeito, eo projeto de lei orçamentária anual, serão encaminhada à Câmara até 4 (quatro) mese do encerramento do exercício financeiro e devolvidas para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

TÍTULO VI

Ato das Disposições Transitórias

ART. 1º - Fica criado a guarda Municipal de Jurema, cuja finalidade é vigiar os prédios públicos e ajudar na segurança da coletividade.

ART. 2º - Fica denominado de Nossa Senhora dos Milagres o cemitério público na sede do município.

ART. 3º - Fica denominado de Açude Jurema a barragem existente na sede do município.

ART. 4º - Fica criado o Ginásio Municipal na cidade de Jurema, com o nome de Professora Elizabete Negreiros Soares.

ART. 5º - Fica considerado área de preservação permanente o Olho D'água da Fazenda "Cana Brava" deste município compreendendo uma área de 03 (três) hectares.

ART. 6º - Fica assegurado ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos Vereadores que se tornarem inválidos para o exercício do mandato, o direito a uma pensão especial, sendo o valor do benefício equivalente a remuneração dos respectivos cargos em exercício.

Parágrafo Único - Fica assegurado o mesmo direito para as viúvas, caso o Prefeito, Vice-Prefeito e os Vereadores venha falecer no exercício do mandato.



Apparatus Ribeiro

ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

ART. 7º - Fica criado os seguintes povoados:

- a) Caldeirãozinho - Fazenda Jatobá dos Ferros
- b) Maristela - Fazenda Jatobá dos Ferros
- c) Baixa Grande - Fazenda Jurema
- d) Baixão do Mel - Fazenda Jurema
- e) Fosfóro - Fazenda Jurema
- f) Lagoa Cumprida - Fazenda Jatobá dos Ferros
- g) Cacimba do Jatobá - Fazenda Baixa Funda
- h) Cana Brava - Fazenda Cana Brava
- i) Boa Vista - Fazenda Boa Vista
- j) Caraibas - Fazenda Jurema
- l) Poltrinho - Fazenda Dois Braços
- m) São Dimas - Fazenda Jurema

ART. 8º - São considerados municipais os dias 26 de janeiro e 30 de maio.

ART. 9º - São considerados fundadores da cidade de Jurema, em conformidade com a tradição de seu povo, os senhores:

"Boaventura Dias da Silva, Antônio Dias da Silva, Quintiliano da Silva, Rudrião Dias da Silva, José Valério da Silva, João Ribeiro Soares (João Mandacarú), João Ribeiro Soares (João Caridoso), Areolino Ribeiro Soares, Manoel Luís Ribeiro, Artur Porfírio Dias, Leopoldina Ribeiro Soares e Carolina Leopoldina Dias", e outros de respeitável memória assim reconhecidos pelo o povo juremense.

ART. 10 - Considera-se filhos Ilustres desta Terra as seguintes pessoas: Médico Auricélio Ribeiro, Francolino Ribeiro Soares, Valdomiro Pereira da Silva, Percilio Pereira da Trindade, Aurindo Batista de Oliveira, Wilson Pereira da Trindade, Iraci Gomes de Sá Soares.

ART. 11 - Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, será promulgada pela mesa, e entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUREMA - PIAUÍ

Rua Paulo Ribeiro Soares, 10 - Centro
64.782-000 - JUREMA - PIAUÍ

Percilio Pereira da Trindade

Presidente Constituinte

Percilio Pereira da Trindade

Adelmo Pereira da Trindade

Relator Constituinte

Adelmo Pereira da Trindade

Deltrudes da Silva Ribeiro

Secretaria Constituinte

Deltrudes da Silva Ribeiro

Waldemar Ribeiro Soares

Vereador

Waldemar Ribeiro Soares

Abdoral Januário de Sousa

Vereador

Abdoral Januário de Sousa

Elias Silva de Oliveira

Vereador

Elias Silva de Oliveira

Valdemar Jacinto de Sousa

Vereador

Valdemar Jacinto de Sousa

Osvaldo Ribeiro de Assis

Vereador

Osvaldo Ribeiro de Assis

Aurizorlan Dias de Oliveira

Vereador

Aurizorlan Dias de Oliveira